

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>Parte I – CONSTITUCIONALISMO</b> .....	17
1 NEOCONSTITUCIONALISMO .....	17
1.1 Base histórico-social do constitucionalismo – revoluções burguesas .....	18
1.2 Base filosófica do constitucionalismo moderno – jusnatu- ralismo e positivismo .....	23
1.3 Bases do neoconstitucionalismo – pós-modernidade e pós- positivismo .....	25
2 A CONSTITUIÇÃO.....	28
2.1 Conceito e natureza de constituição.....	28
2.2 Supremacia da Constituição .....	30
2.3 Origem e Desenvolvimento da Constituição – Poder Cons- tituinte Judicial .....	31
<b>Parte II – A GUARDA DA CONSTITUIÇÃO – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, JURISDIÇÃO CONSTITU- CIONAL E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS</b> .....	37
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	37
1.1 <i>Estado Democrático de Direito</i> – Separação de Poderes e Fontes do Direito .....	37
1.2 Funções dos poderes ante a Força Normativa da Consti- tuição, sua Supremacia e a Nova Hermenêutica Constitu- cional .....	40
2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	43
2.1 A Inconstitucionalidade .....	43



2.1.1	Espécies .....	44
2.1.1.1	Formal ou orgânica x material.....	44
2.1.1.2	Total x parcial.....	45
2.1.1.3	Ação x omissão.....	47
2.1.1.4	Originária x superveniente.....	48
2.1.1.5	Antecedente x consequente .....	49
2.1.1.6	Direta x indireta.....	50
2.1.2	Fenômenos ligados à inconstitucionalidade.....	51
2.2	Modelos de controle de constitucionalidade.....	53
2.2.1	Os grandes sistemas .....	53
2.2.1.1	Sistema inglês (ausência).....	54
2.2.1.2	Sistema francês (político).....	55
2.2.1.3	Sistema americano.....	56
2.2.1.4	Controle austríaco.....	58
2.2.2	Classificações.....	60
2.2.2.1	Quanto à natureza (político x judicial) .....	61
2.2.2.2	Quanto ao momento (preventivo x repres- sivo).....	61
2.2.2.3	Quanto ao órgão (difuso x concentrado).....	62
2.2.2.4	Quanto à forma (incidental/concreto x prin- cipal/abstrato) .....	64
2.3	O controle de constitucionalidade no Brasil .....	65
2.3.1	Evolução do controle judicial no Brasil.....	67
2.3.2	Controle concentrado.....	69
2.3.2.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	70
2.3.2.2	Ação Declaratória de Constitucionalidade .....	72
2.2.3	Controle difuso .....	74
3	O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL .....	75
3.1	Introdução e história .....	75
3.2	Tribunais Constitucionais no Direito Comparado e no Brasil... 78	
3.2.1	EUA .....	78
3.2.2	Alemanha.....	79
3.2.3	Portugal.....	80
3.2.4	O Supremo Tribunal Federal .....	81
3.3	O papel do Supremo Tribunal Federal na Separação de Po- deres.....	82

<b>Parte III – EFEITO VINCULANTE E GERAL DO PRECEITO ABSTRATO EXTRAÍDO DAS DECISÕES SOBRE CONSTITUCIONALIDADE PROFERIDAS PELO STF E ESTABILIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....</b>		<b>89</b>
1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	89
1.1	Vinculação geral e abstração na jurisdição constitucional.....	89
1.1.1	Efeito abstrato vinculante e modelo de controle .....	90
1.1.2	Retomada do papel do Poder Judiciário frente ao caráter normativo da norma constitucional e a hermenêutica constitucional .....	95
1.1.3	Vinculação, Poder Constituinte e Separação de Poderes .....	97
1.2	Estabilização, abstração e efeito vinculante no direito brasileiro .....	98
1.2.1	Noção de efeito vinculante, abstração e generalidade de decisões judiciais .....	98
1.2.2	Antecedentes históricos do efeito vinculante .....	101
1.3	Princípios informadores do efeito vinculante .....	103
1.5	Elementos do Efeito Vinculante .....	107
1.5.1	Limites objetivos.....	107
1.5.2	Limites subjetivos .....	109
1.6	Objeto do efeito vinculante.....	110
1.7	Destinatários do efeito vinculante.....	116
1.8	Consequências positivas e negativas do efeito vinculante amplo .....	117
1.8.1	Efeito vinculante e publicidade.....	118
1.8.2	Efeito vinculante e congelamento da justiça constitucional .....	120
1.8.3	Efeito vinculante e súmula.....	123
1.8.4	Efeito vinculante e consequências .....	124
1.8.4.1	Redução do número de processos (?) .....	124
1.8.4.2	Estabilidade das normas constitucionais e sua interpretação .....	126
1.9	Efeito vinculante x coisa julgada .....	127
1.10	Inobservância do efeito vinculante .....	128
1.10.1	Inobservância do efeito vinculante e reclamação.....	129

1.10.2	Inobservância e advocatória.....	130
1.10.3	Inobservância do efeito vinculante e responsabilização da autoridade.....	131
2	<b>EFICÁCIA ABSTRATA E GERAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NOS SISTEMAS CLÁSSICOS...</b>	132
2.1	Sistema Europeu – Controle Abstrato .....	132
2.1.1	Eficácia <i>erga omnes</i> , coisa julgada, força de lei e efeito vinculante .....	132
2.2	Sistema Americano – Controle Difuso .....	137
2.2.1	Efeito Vinculante – <i>stare decisis</i> , <i>ratio decidendi</i> , <i>obiter dicta</i> .....	137
3	<b>EFEITO ABSTRATO E GERAL DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	139
3.1	Controle abstrato.....	139
3.2	Controle concreto .....	140
3.2.1	Doutrina clássica.....	142
3.2.1.1	Aspecto constitucional: separação de poderes – art. 52, X, da CF.....	142
3.2.1.2	Aspecto legal: coisa julgada – art. 472 do CPC .....	149
3.2.2	Doutrina neoconstitucional do efeito vinculante.....	150
3.2.2.1	Aproximação entre os sistemas de controle..	150
3.2.2.2	Vocação expansiva .....	152
3.2.2.3	Fundamento lógico-constitucional: art. 97 da CF .....	154
3.2.2.4	Fundamento lógico-legal: art. 481, parágrafo único, do CPC .....	156
3.2.2.5	Fundamento legítimo-constitucional – art. 102, § 3º, da CF .....	158
3.2.3	Precedentes jurisprudenciais da teoria da vinculação no controle abstrato .....	160
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>169</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>175</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>191</b>